

Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração
Diretoria de Serviços Gerais

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

A Diretoria de Serviços Gerais, atendendo a impugnação interposta pela empresa TRIUNFO SEGURANÇA EIRELI, tendo em vista o interesse público e a eficácia da licitação, faz esclarecimentos quanto ao Pregão Presencial n.º 051/2017 – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PRIVADA PATRIMONIAL DESARMADA**, conforme a seguir:

Primeiro esclarecimento: “Fazer constar no instrumento convocatório a obrigatoriedade de visita técnica, com a finalidade de um dimensionamento adequado a realidade contratual;”

Resposta:

A visita técnica exigida no item 10.1 alínea k e no item 10.2 alínea o do edital traz a seguinte redação:

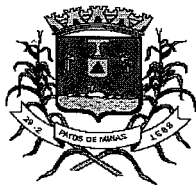
Declaração de vistoria do local dos serviços, para perfeito conhecimento do objeto licitado, inclusive quanto às características físicas, das quantidades e especificidades dos serviços objeto da licitação, não se admitindo reclamações futuras advindas de dificuldades técnicas e operacionais não detectadas quando da vistoria, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo **ANEXO IX**.

Portanto, o licitante deverá apresentar atestado de que possui conhecimento do objeto licitado quanto às características físicas e demais especificidades dos serviços.

Para corroborar cito os Acórdãos do TCU:

Atende o art. 30, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, sem comprometer a competitividade do certame, conforme art. 3º, § 1º, inciso I, do citado dispositivo legal, a substituição de atestado de visita por declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o órgão licitador. Acórdão 1174/2008 Plenário"

"(...) Entendo que as consequências de vistoriar ou não o local da instalação fazem parte da álea ordinária do fornecedor, que se compromete a entregar fielmente o objeto licitado por um preço determinado e arca com eventuais despesas decorrentes de sua imprevisão. O fato de que tal exigência efetivamente motivou a desclassificação de licitantes com ofertas mais vantajosas que a



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração
Diretoria de Serviços Gerais

vencedora, a meu ver, agrava ainda mais as circunstâncias em que ela foi implementada. Assim, diante do disposto no art. 7º, § 5º, e 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, e da remansosa jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que é ilegal a preferência por determinada marca ou modelo sem a devida justificativa técnica, e do fato de que a exigência de vistoria (...) pode ter se revelado excessiva e desnecessária, ambas resultando restrição ao caráter competitivo do certame. Acórdão 295/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)"

Ressalto que no item 7 do Anexo I – Termo de Referência / Projeto Básico do edital, faz constar que possibilita o devido agendamento das vistorias nas unidades onde serão efetivados os serviços, conforme o Acórdão 1337/2006 Plenário TCU.

Segundo esclarecimento: “Revisar e alterar o Termo de Referência / Projeto Básico para refletir a realidade contratual”

Resposta:

Informo que o posto da Orla da Lagoa deverá ser retirado do procedimento licitatório através de retificação conforme apreciação do esclarecimento da empresa TUTORI SEGURANÇA ARMADA E VIGILÂNCIA EIRELI.

Informo que quantitativo de vigilantes solicitados para o posto Ceasa Regional é suficiente, uma vez que nos dias de feiras (segundas e quintas feiras) servidores municipais auxiliam no controle de acesso as dependências da mesma.

Atenciosamente,

Patos de Minas, 04 de janeiro de 2018.

ROSANA PAULINA DE OLIVEIRA
DIRETORA DE SERVIÇOS GERAIS



**Prefeitura de
Patos de Minas**

Secretaria Municipal de

Administração

**CONSIDERAÇÃO E DECISÃO DA AUTORIDADE
SUPERIOR**

Diante das informações contidas no Processo Licitatório denominado Pregão Presencial nº 051/2017 e a resposta à impugnação emitida pela Diretoria de Serviços Gerais, DECIDO pelo improvimento da impugnação apresentada pela empresa **TRIUNFO SEGURANÇA EIRELI**.

Patos de Minas, 08 de janeiro de 2018.

x 
José Martins Coelho

Secretário Municipal de Administração